

INSTITUTO FEDERAL GOIANO – IF GOIANO
CÂMPUS AVANÇADO IPAMERI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA DO ENSINO
SUPERIOR

A ESCOLA EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL

IPAMERI/ GO
ABRIL/2019
ALEX DA SILVA

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO – IFGOIANO
CÂMPUS AVANÇADO IPAMERI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA DO ENSINO
SUPERIOR**

ALEX DA SILVA

A ESCOLA EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Ipameri, como requisito parcial para a obtenção de Especialista em Docência do Ensino Superior, orientado pela professora Dra. Gilmara Aparecida Corrêa Fortes.

**IPAMERI/ GO
ABRIL/2019**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

SSI586 Silva, Alex da
e A escola em benefício da população urbana e rural /
Alex da Silva;orientadora Gilmara Aparecida Corrêa
Fortes. -- Ipameri, 2019.
19 p.

Monografia (Graduação em Pós-Graduação Lato Sensu em
Docência do Ensino Superior) -- Instituto Federal
Goiano, Campus Ipameri, 2019.

1. Educação. 2. Alunos. 3. Ano letivo. I. Fortes,
Gilmara Aparecida Corrêa, orient. II. Título.



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Alex do Silva
 Matrícula: 2017112301630010
 Título do Trabalho: A escola em benefício da população urbana e rural

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: ___/___/___
 O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
 O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

- O/A referido/a autor/a declara que:
- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
 - obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
 - cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri, 25/04/2019
Local Data

Alex do Silva
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Gilmaro Cypriano de Cordeiro Fortes
Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

No dia **25 de abril de 2019**, às **20 horas e 30 minutos**, na Sala de Aula 1 do Bloco D do Instituto Federal Goiano - IF Goiano, Campus Avançado Ipameri, sob a presidência da Professora Dra. Gilmara Aparecida Corrêa Fortes, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno **Alex da Silva**, do curso de Pós-Graduação Lato-Sensu (Especialização) em Docência do Ensino Superior, visando à obtenção do título de Especialista. A banca foi constituída pelos professores: Dra. Gilmara Aparecida Fortes Corrêa (orientadora) e presidente, Ma. Hilma Aparecida Brandão e Dra. Janaína Borges de Azevedo França, com anuência da Coordenação do Curso. Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da Banca, e ao candidato, das normas que regem a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso. A seguir, o aluno passou à defesa de seu trabalho intitulado: "**A escola em benefício da população urbana e rural**". Encerrada a defesa, procedeu-se ao julgamento. Apuradas as notas verificou-se que o candidato foi aprovado, com a nota 9,0. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim, em 25 de abril de 2019.

Acadêmico: Alex da Silva

Profa. Dra. Gilmara Aparecida Corrêa Fortes - Orientadora e Presidente
Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri (GO)

Profa. Ma. Hilma Aparecida Brandão - Membro Titular
Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri (GO)

Profa. Dra. Janaína Borges de Azevedo França - Membro Titular
Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Ipameri (GO)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me abençoado com o dom de viver e me proporcionar sabedoria e inteligência para que eu recebesse a graça de lutar por mais essa conquista.

Aos meus pais, Eurípedes (*in memoriam*) e Aparecida. E aos meus irmãos Alan e Aline que não pouparam esforços para que eu pudesse concluir o curso, e que nos momentos difíceis sempre estiveram comigo, apoiando e fornecendo amor.

Ao minha orientadora Prof. Dra. Gilmara Aparecida Corrêa Fortes pelo apoio nos momentos de dificuldade, acompanhamento e revisão do estudo fornecendo críticas que proporcionaram um maior aprofundamento na pesquisa.

As Professoras Ms. Hilma Aparecida Brandão e Dra. Janaina Borges de Azevedo França por terem aceitado o convite de estarem participando e contribuindo na banca examinadora.

À todos colegas de turma, funcionários, professores (as) do Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Ipameri, que contribuíram no processo de aprendizagem durante todo o curso.

Ao Diretor do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini Prof. Divino Camilo pela autorização de realizar a pesquisa, a secretaria Laurinda Gonçalves do Santos Garcia e a professora Liara Feice Jerônimo pela ajuda e contribuição no recolhimento e organização dos dados.

A importância de cada um de vocês em minha vida não se resume somente nesta homenagem. Mas, é através dela que gostaria de agradecer, pelo amor, carinho e compreensão, a mim dedicados nos momentos onde sorri ou chorei. E, meus sinceros pedidos de desculpas pelos erros cometidos.

Obrigado!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. MATERIAL E MÉTODOS	12
2.1 Objeto de Estudo	12
2.2 Metodologia da Pesquisa.....	12
2.3 Análise dos Dados	13
3 . RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4. CONCLUSÃO	22
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

A ESCOLA EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL

Orientado: Alex da Silva

Orientadora: Gilmara Aparecida Corrêa Fortes

Resumo: Este artigo teve por objetivo verificar a quantidade de alunos do colégio CEPEM e de onde eram oriundos (zona urbana e rural) e o desempenho por ano durante 5 anos letivos do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini (CEPEM) do Município de Ipameri – GO. Como metodologia de pesquisa foi utilizado dados escolares do ano de 2014 à 2018 de alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental, e do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Os dados foram apresentados em planilhas do Excel. Foram avaliados o número de alunos por cada ano da pesquisa; a quantidade de alunos do turno vespertino; a quantidade de alunos oriundos da zona urbana e rural; aprovação, reprovação, transferidos, desistentes da zona urbana e rural; quantidade de alunos relacionado ao sexo; e o tipo de transporte utilizado pelos alunos da zona rural. A presente pesquisa mostrou que o índice de aprovação dos alunos do Colégio CEPEM era de 70% em 2014 e passou para 79,7% em 2018; o período vespertino apresentou maior quantidade de alunos; em todos os anos da pesquisa verificou-se que mais de 43% dos alunos matriculados vieram da zona rural; estes apresentaram maior porcentagem de aprovação, menor de reprovação e menor de alunos transferidos, desistentes e evadidos independente do ano de pesquisa; o número de alunos do sexo masculino reduziu a cada ano da pesquisa; a utilização do transporte escolar rural aumentou 47% do primeiro ano ao último da pesquisa; o veículo mais utilizado no transporte escolar rural era a Kombi.

Palavras-Chave: Educação, Alunos, Ano Letivo

THE SCHOOL FOR THE BENEFIT OF THE URBAN AND RURAL POPULATION

Oriented: Alex da Silva

Advisor: Gilmara Aparecida Corrêa Fortes

Summary: The objective of this study was to verify the number of students from the CEPEM school and from where they came from (urban and rural) and the performance per year during 5 years of the Professor Eduardo Mancini State College (CEPEM) in the Municipality of Ipameri - GO . As a research methodology, school data from the years 2014 to 2018 were used for students from the sixth to the ninth year of primary education, and from the first to the third year of secondary education. The data were presented in Excel spreadsheets. The number of students was evaluated for each year of the research; the number of students on the afternoon shift; the number of students from the urban and rural areas; approval, disapproval, transfer, abandonment of urban and rural areas; number of students related to sex; and the type of transportation used by students in rural areas. The present research showed that the approval rate of CEPEM College students was 70% in 2014 and increased to 79.7% in 2018; the afternoon period showed a greater number of students; in all the years of the research it was verified that more than 43% of the enrolled students came from the rural area; these presented a higher percentage of approval, lower failure rate and lower number of students transferred, dropped out and evaded independently of the year of research; the number of male students reduced each year of the survey; the use of rural school transport increased 47% from the first year to the last of the survey; the vehicle most used in rural school transport was the Kombi.

Key words: Education, Students, Academic Year

1. INTRODUÇÃO

O estabelecimento da sociedade moderna subordinou o campo à cidade, no mesmo sentido em que o modo de vida rural submeteu-se ao modo de vida urbano (FERNANDES, 1999).

Historicamente em nosso país foi construída uma visão, para o senso comum, de contradição entre campo e cidade, agregando sempre comparações depreciativas ao campo: lugar de atraso e de pobreza, de trabalho pesado e mal remunerado, de poucas oportunidades de desenvolvimento. Enquanto a cidade era desenhada com ares de civilidade, de crescimento, de saber, de prosperidade (THEOTONIO, 2016).

A dicotomia moderno – atrasado tem como pano de fundo a negação do caráter mútuo da dependência (FERNANDES, 1999). Dessa forma, para a sociedade atual apenas o camponês (atrasado) depende do urbano (moderno), o contrário não é reconhecido. Essa subjugação é denominada como integração, em que os camponeses são dependentes nas formas política, econômica e tecnológica (FERNANDES, 1999).

COSTA (2013) destaca que a educação sempre foi imposta aos interesses sociais, visto que historicamente, no modelo de desenvolvimento brasileiro, comandado pelas elites, acreditava-se que a população rural não precisava aprender a ler e escrever, numa clara negação do direito de acesso e permanência na escola para a população do campo, bem como predominava o entendimento de que rural era tudo o que sobrava do urbano e era sinônimo de atraso.

A Constituição Federal de 1988 assegura que a educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205), sendo a oferta pública organizada através do “regime de colaboração” entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 211).

Apesar da lei suprema do país garantir que a educação é um direito de todos, Dias (2015) afirma que aos alunos do meio rural é negado o direito a uma educação de qualidade, pois, de maneira geral, a educação no meio rural é tratada pelo poder público com políticas compensatórias, ou seja, que não atendem as especificidades dos sujeitos que ali vivem, trabalham e estudam.

O conceito de Educação Rural, tal como conhecemos, surgiu no Brasil por volta de 1917, sendo que no período de 1930 a 1960, quando a migração rural/urbana se intensificou e

passou a ser vista como um problema, a educação rural foi utilizada como um dos instrumentos para contê-la (TORRES E SIMÕES, 2011).

A partir dos anos 1980, o desenrolar dos movimentos sociais do campo proporcionou mudanças na nomenclatura, na perspectiva e na concepção do modo de pensar a educação rural, a qual passou a ser denominada de educação do/no campo (MACHADO, 2017).

Contudo, é necessário destacar que a proposta pedagógica, direcionada pela cidade e indústria como modelos de desenvolvimento, não condizia com uma proposta de educação rural (TORRES E SIMÕES, 2011), pois os objetivos educacionais e de desenvolvimento econômico evidenciavam o meio rural como um espaço de atraso e não considerava a diversidade dos povos (MACHADO, 2017).

A Educação do campo está relacionada ao trabalho da população do campo, nesse sentido, de acordo com Miguel Gonçalves Arroyo é uma “reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir sua sobrevivência deste trabalho, é uma educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo” (ARROYO, 2011, p.25).

Os povos do campo buscavam em suas lutas reconhecimento e cobravam planos de ação específicos para uma Educação do campo condizente com suas necessidades. Com isso, em 1998, durante uma conferência para tratar da Educação Básica do Campo, ocorrida em Luziânia, Goiás, movimento pelo qual incorporou-se o conceito de Educação do Campo, novas ideias a respeito da educação foram fomentadas (TORRES E SIMÕES, 2011).

Na conferência de 1998 ficou evidente que o sentido de campo tratado é o lugar de sociabilidade e de vida plena:

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso o campo é lugar de vida e sobretudo de educação. (ARROYO, 2011, p.137).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB) de 20 de dezembro de 1996, a educação do campo passa a ser entendida como aquela que ocorre nas instituições escolares situadas na área rural.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural

(BRASIL, 1996, Art. 28)

A respeito das adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural a que trata o artigo da LDB (BRASIL, 1996), Oliveira (2015) considera que isto até pode ser realizado em escolas localizadas no campo, mas que dificilmente é pensado quando uma escola urbana atente alunos do campo.

Com a crescente extinção das escolas rurais e intensificação do ensino no perímetro urbano, os alunos que moram no campo são obrigados a enfrentar jornadas extras em transportes escolares para buscar a escolarização almejada. Além disso, o desconforto em passar grande tempo se locomovendo, o cansaço ocasionado por este tempo fora da escola, a alimentação escolar que em sua maioria, não visa a jornada do aluno do campo são fatores pouco considerados, mas certamente influenciam no interesse e permanência destes na escola, ferindo o que diz no artigo 3º da LDB, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (OLIVEIRA, 2015).

SOUSA et al. (2016) apontam que o fechamento das escolas no campo do Estado de Goiás é uma constante, visto que no ano de 2000, haviam 1.822 escolas no campo e elas passaram para 777 em 2007, havendo uma diminuição de mais de 40% das escolas no campo, sendo que esse déficit de escolas no campo continuou de 2007 até 2015 com uma diminuição de quase 30% das escolas no campo.

O Município de Ipameri localiza-se no sudeste do estado de Goiás, a população estimada para o ano de 2018 foi de 26.792 pessoas e a principal atividade econômica é a agropecuária (IBGE, 2019). No último censo (2010), o número populacional foi de 24.735 pessoas, das quais 3.399 residiam na zona rural, sendo que dos 863 habitantes da zona rural tinham idade entre 5 e 19 anos (IBGE, 2019).

Ipameri possuía um número expressivo de escolas rurais, entretanto, a respeito do que ocorreu a nível Nacional e Estadual esse número diminuiu substancialmente. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação atualmente o município tem 4 escolas estaduais, 18 municipais, 3 particulares. Das escolas municipais 4 são rurais, uma no distrito de Cavalheiros, duas no distrito de Domiciano Ribeiro e a terceira na Lago Azul. Considerando a

dispersão das propriedades rurais, não é fácil se conseguir que todos os alunos tenham um mesmo nível de acessibilidade às escolas. No entanto, a análise do nível de acessibilidade é uma questão que precisa ser levada em consideração pelos planejadores dos sistemas de transporte rural escolar, a fim de se obter as mesmas oportunidades educacionais e equidade de acesso às escolas.

O presente trabalho almeja apresentar dados escolares de alunos da zona urbana e rural que estudaram no Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini (CEPEM) entre os anos de 2014 a 2018. De alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental, e do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, com a intenção de disponibilizar um trabalho que possa auxiliar a compreender e avaliar a situação em foco.

A definição deste objetivo foi em função da minha ansiedade em querer saber como os alunos do campo se comportam dentro desse contexto. Ansiedade esta vivida por mim na adolescência e por fazer parte dessa classe rurícola e ter vivenciado e participado desse modelo de transporte escolar e com intuito de conhecer melhor estes sujeitos. Assim não poderia deixar de me questionar e pesquisar como a inserção de alunos do campo em uma escola localizada em perímetro urbano, reflete nestes alunos e na escola como um todo.

No final do trabalho espera-se que a análise dos dados, de aprendizagem dos alunos residentes na área urbana e na área rural, ambos estudando nas mesmas escolas urbanas, não mostre diferenças de performance.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Objeto de Estudo

O Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini tem sido desde a sua fundação em 17 de fevereiro de 1933, uma tradição no ensino em Ipameri e um exemplo de integração entre família, escola e comunidade. Criado pelo esforço e união de um grupo de pais, integrantes da Colônia Síria local, foi nomeado (Ginásio Municipal de Ipameri) tornando-se um marco na educação dos jovens ipamerinos e de toda a região. Em 1947 o colégio foi acampado pelo estado, passando a receber uma clientela heterogênea e crescente. E, no ano de 1960 passou a se chamar (Colégio Estadual Major Aristides). Em 1965, em homenagem a um mestre que muito fez pela educação em nossa região, o colégio foi nomeado (Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini). Hoje, aos 85 anos, o CEPEM é destaque pelo bom desempenho de seus alunos nas diversas áreas universitárias, concursos públicos e militares. Sob a direção do professor Divino Camilo, o CEPEM conta com um excelente grupo de educadores e um quantitativo de mais de 500 alunos, que integram o Ensino Fundamental e Ensino Médio nos três turnos. O Colégio conta com ampla biblioteca, laboratório de informática e laboratório de ciências.

2.2 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa buscou:

- Realizar levantamento do número de alunos matriculados no Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini entre os anos de 2014 a 2018;
- Identificar o número de alunos do período vespertino;
- Verificar a quantidade de alunos do período vespertino oriundos da zona urbana e rural matriculados;
- Identificar a quantidade de alunos aprovados, reprovados, transferido, desistente oriundos do meio rural e urbano;
- Identificar e quantificar os alunos oriundos da zona urbana e rural relacionado ao sexo;
- Distinguir o tipo de transporte que o alunos oriundos da zona rural utilizam para chegar ao Colégio;

2.3 Análise dos Dados

Antes de iniciar a pesquisa, realizou-se um contato com a direção da escola, para qual foi explicado detalhadamente os objetivos e os procedimentos da pesquisa e solicitada autorização para realização da pesquisa. Logo, após autorização da coordenação, estabeleceu-se contato com a secretaria, onde foram coletados os dados para a pesquisa, esses dados foram extraídos do Sistema de Gestão Escolar (SIGE) utilizado pelo colégio CEPEM, o qual é vinculado ao Governo do Estado de Goiás. Os dados foram tabulados em planilhas do Excel e trabalhadas para apresentação.

3 . RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensando em entender melhor como está o interesse dos alunos que estudam no CEPEM, buscou descobrir quantos alunos estavam matriculados do ano de 2014 a 2018 (Tabela 01) que reflete aos 5 anos da pesquisa. Os dados apresentados na Tabela 01 são dos três turnos (matutino, vespertino e noturno) dos alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental, e do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Observa-se nesta tabela que aconteceu um acréscimo ano após anos de alunos matriculados e alunos regulares, pois no ano de 2014, verificou-se que 70% (trezentos e setenta e quatro) dos alunos matriculados conseguiram completar o ano letivo, no ano de 2015 foram 72,4% (trezentos e noventa e quatro), em 2016 apresentou 75% (quatrocentos e quarenta e nove) de aproveitamento, no ano de 2017 foram 78,7% (quatrocentos e quarenta e oito) e no último ano da pesquisa o índice aumentou para 79,7% (quatrocentos e setenta e dois).

Tabela 01: Distribuição da quantidade dos alunos pesquisados de acordo com o ano letivo e situação no colégio CEPEM de todos os turnos em Ipameri, 2018.

SITUAÇÃO	ANO LETIVO				
	2014	2015	2016	2017	2018
MATRICULADOS	533	544	598	569	592
REGULARES	374	394	449	448	472
DESISTENTES	35	39	38	8	27
EVADIDOS	48	33	40	49	24
TRANSFERIDOS	76	78	71	64	69

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua revelam que o percentual de jovens de 06 a 14 anos de idade matriculados na escola, no ano e série adequado a idade aumentou de 96,7% em 2012 para 97,7% em 2017. E o porcentual de alunos que concluíram o ensino fundamental passou de 68,6% em 2012 para 75,9% em 2017. O percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade matriculados na escola, independente de ano e série aumentou de 88,6% em 2012 para 90,8% em 2017. E o porcentual de alunos que concluíram o ensino médio passou de 51,7% em 2012 para 59,2% em 2017 (IBGE, 2018).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentado. Como as escolhas educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é melhor avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter

concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos. No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 45,0%, em 2016, para 46,1%, em 2017 (IBGE, 2018)

Os dados bibliográficos apresentados acima ajudam a afirmar os encontrados nesse trabalho, pois no primeiro ano da pesquisa o índice de aprovação dos alunos do Colégio CEPEM era de 70% (trezentos e setenta e quatro) em 2014 e passou para 79,7% (quatrocentos e setenta e dois) em 2018 dados pela quantidade de alunos matriculados independente se era ensino fundamental ou médio.

Tabela 02: - Distribuição da quantidade dos alunos pesquisados de acordo com o ano letivo e situação no colégio CEPEM do turno vespertino em Ipameri, 2018.

SITUAÇÃO	ANO LETIVO				
	2014	2015	2016	2017	2018
MATRICULADOS	162	179	234	226	241
REGULARES	126	143	182	180	185
DESISTENTES	5	8	6	20	10
EVADIDOS	7	1	21	1	9
TRANSFERIDOS	24	27	25	25	37

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 02 são apresentados apenas os dados do turno vespertino. Observa-se que o número de alunos nesse período era bastante representativo em comparação a quantidade de alunos dos outros turnos. No ano de 2014 o percentual de alunos do turno vespertino que conseguiram mudar de série independente se era ensino fundamental ou médio foi de 33,6% (cento e vinte e seis), no ano de 2015 significou 36,2% (cento e quarenta e três), no ano de 2016 teve um crescimento bastante expressivo de 40,5% (cento e oitenta e dois), no ano de 2017 um pouco menor 40,1% (cento e oitenta) e fechou no último ano da pesquisa em 2018 com 39,1% (cento e oitenta e cinco).

Outro dado que vale a pena salientar na Tabela 02 e o acréscimo do ano de 2014 início da pesquisa, até 2018 o último ano da pesquisa, relacionados ao aumento significativo do número de alunos (regulares) no turno vespertino, apresentando um percentual de 46,8%, uma quantidade representativa, o que ajuda a explicar o maior número de alunos no período vespertino comparados aos demais turnos.

Manifesta na Tabela 02 um acréscimo ano após ano de alunos matriculados e alunos que conseguiram se formar (regulares), no ano de 2014, verificou-se que 77,7% (cento e vinte e seis) dos alunos matriculados independente se era do ensino fundamental ou médio, estavam

regulares, no de 2015 foram 79,8% (cento e quarenta e três), no ano de 2016 apresentou um percentual de 77,7% (cento e oitenta e dois) de aproveitamento, no ano de 2017 foram 79,6% (cento e oitenta) e no último ano da pesquisa caiu para 76,7% (cento e oitenta e cinco). Verifica-se uma pequena variação no percentual de aproveitamento dos alunos do turno vespertino em concluir a série, ficando o menor percentual acima de 76%.

Tabela 03: Distribuição da quantidade dos alunos pesquisados de acordo com o ano letivo no colégio CEPEM, oriundos da zona urbana e rural no turno vespertino em Ipameri, 2018.

SITUAÇÃO E ORIGEM	ANO LETIVO				
	2014	2015	2016	2017	2018
MATRICULADOS	162	179	234	226	241
ZONA URBANA	91	85	119	122	136
ZONA RURAL	71	94	115	104	105

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 03 mostra o número de alunos provenientes da zona urbana e rural. Pode-se ressaltar que nos 5 anos da pesquisa o número de alunos não apresentaram tanta diferença em relação a porcentagem de alunos oriundos da zona rural, como pode ser observado na tabela 03 abaixo, que apresenta os alunos matriculados vindo da zona urbana quanto rural. No ano de 2014, verificou-se que 43,9% (setenta e um) dos alunos matriculados vieram da zona rural, no ano de 2015 foram 52,5% (noventa e quatro), no ano de 2016 mostra 49,2% (cento e quinze), no ano de 2017 foram 46,1% (cento e quatro) e no último ano da pesquisa a porcentagem diminuiu para 43,6% (cento e cinco), ficando parecido com o primeiro ano da pesquisa.

Os dados da pesquisa, proporciona ao ensino fundamental a maior porcentagem de alunos oriundos do campo em relação aos anos pesquisados. Portanto 53,5% (trinta e oito) dos alunos da zona rural estavam cursando o ensino médio no ano de 2014, no ano de 2015 a porcentagem de alunos foi de 45,7% (quarenta e três), no ano de 2016 apresentou 42,6% (quarenta e nove), já no ano de 2017 obteve 39,4% (quarenta e um) e no último ano da pesquisa que foi em 2018 foi 37,1% (trinta e nove).

Segundo uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira 89,8% das escolas com ensino médio estão na zona urbana e 10,2% na zona rural, menor participação da zona rural em toda educação básica (INEP, 2017)

Tabela 04: Distribuição da quantidade dos alunos da zona urbana e rural do turno vespertino de acordo com sua situação durante os anos pesquisados no colégio CEPEM em Ipameri/2018.

SITUAÇÃO	ANO LETIVO				
	2014	2015	2016	2017	2018
MATRICULADOS	162	179	234	226	241
REGULARES	126	143	182	180	185
ZONA URBANA	91	85	119	122	136
APROVADOS	56	57	81	77	77
REPROVADOS	8	9	4	3	16
TRANSFERIDOS	16	14	15	22	27
DESISTENTES	5	4	3	19	9
EVADIDOS	6	1	16	1	7
ZONA RURAL	71	94	115	104	105
APROVADOS	59	71	94	98	88
REPROVADOS	3	6	3	2	4
TRANSFERIDOS	8	13	10	3	10
DESISTENTES	0	4	3	1	1
EVADIDOS	1	0	5	0	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 04 são exibidos os dados da quantidade dos alunos da zona urbana e rural de acordo com sua situação (aprovado, reprovado, transferidos, desistentes, evadidos) durante os 5 anos da pesquisa. Os dados apresentados na tabela 04 são apenas do turno vespertino dos alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental, e do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Como explicado nas tabelas anteriores o número de alunos nesse período era bastante representativo em comparação a quantidade de alunos dos outros turnos. Para entender melhor como está a situação desses alunos, nesta tabela separamos a quantidade de alunos matriculados, regulares e de onde são oriundos (zona urbana e rural) e sua situação escolar em cada ano da pesquisa.

Percebe-se que no ano de 2014 o percentual de aprovação dos alunos do turno vespertino da zona urbana (ensino fundamental e médio) foi de 61,5% (cinquenta e seis), no ano de 2015 significou 67% (cinquenta e sete), no ano de 2016 teve um crescimento bastante expressivo de 68% (oitenta e um), no ano de 2017 um pouco menor 63,1% (setenta e sete) e no último ano da pesquisa em 2018 ocorreu uma redução no índice de aprovação 56,6% (setenta e sete).

Assim pode-se dizer que o grau de porcentagem de aprovação dos alunos do turno vespertino da zona urbana (ensino fundamental e médio) ficou acima de 56,6% (setenta e

sete), sendo que o menor índice apresentado foi no último ano da pesquisa ou seja em 2018 e consequentemente a maior porcentagem de alunos reprovados 11,7% (dezesesseis).

Já o percentual de reprovação no ano de 2014 dos alunos do turno vespertino da zona urbana (ensino fundamental e médio) ficou em 8,8% (oito), no ano de 2015 significou 10,5% (nove), no ano de 2016 foi de 3,3% (quatro), no ano de 2017 um pouco menor 2,4% (três) e no último ano da pesquisa em 2018 ocorreu um aumento no índice de reprovação 11,7% (dezesesseis).

A porcentagem de alunos (transferidos, desistentes, evadidos) do turno vespertino da zona urbana (ensino fundamental e médio) foi de 29,7% (vinte e sete), no ano de 2015 significou 22,5% (dezenove), no ano de 2016 foi de 28,7% (trinta e quatro), no ano de 2017 teve um crescimento bastante expressivo 34,5% (quarenta e dois) e no último ano da pesquisa em 2018 ficou em 31,7% (quarenta e três).

No ano de 2014 o percentual de aprovação dos alunos do turno vespertino da zona rural (ensino fundamental e médio) foi de 83% (cinquenta e nove), no ano de 2015 significou 75,5% (setenta e um), no ano de 2016 de 81,7% (noventa e quatro), no ano de 2017 foi de 94,2% (noventa e oito) e no último ano da pesquisa em 2018 com 83,8% (oitenta e oito).

O grau de porcentagem de aprovação dos alunos do turno vespertino da zona rural (ensino fundamental e médio) ficou acima de 75,5% (setenta e um), sendo que o maior índice apresentado foi em 2017 com 94,2% (noventa e oito) e consequentemente a menor porcentagem de alunos reprovados 1,9% (dois).

A reprovação no ano de 2014 dos alunos do turno vespertino da zona rural (ensino fundamental e médio) ficou em 4,2% (três), no ano de 2015 ocorreu um aumento no índice de reprovação 6,3% (seis), no ano de 2016 foi de 2,6% (três), no ano de 2017 um pouco menor 1,9% (dois) e no último ano da pesquisa em 2018 foi de 3,8% (quatro).

A porcentagem de alunos (transferidos, desistentes, evadidos) do turno vespertino da zona rural (ensino fundamental e médio) foi de 12,8% (nove), no ano de 2015 significou 18,2% (dezesete), no ano de 2016 foi de 15,7% (dezoito), no ano de 2017 de 3,9% (quatro) e no último ano da pesquisa em 2018 em 12,4% (treze).

Se analisarmos os dados dos alunos de acordo com sua situação (aprovado, reprovado, transferidos, desistentes, evadidos) durante os 5 anos da pesquisa separadamente tanto zona urbana quanto rural. A zona rural apresenta maior porcentagem de aprovação, menor de reprovação e menor de alunos transferidos, desistentes e evadidos (dados todos juntos) independente do ano de pesquisa.

Normalmente na zona rural o contato familiar é maior entre os filhos e pais, pois os pais (mãe e pai) trabalham e vivem juntos, e assim os filhos na sua maioria apreendem os princípios familiares conseqüentemente os princípios religiosos aderidos pela família.

Chalita (2001, pp. 17 e 18) diz que:

Por melhor que seja essa escola, por mais bem preparados que estejam seus professores, nunca a escola vai suprir a carência deixada por uma família ausente. Pai, mãe, avó ou avô, tios, quem quer que tenha a responsabilidade pela educação da criança deve participar efetivamente sob pena de a escola não conseguir atingir seu objetivo.

No campo o acesso às tecnologias virtuais está um pouco distante para muitos, porque precisa de sinal de internet para acesso ao Whatsapp, Facebook, Instagram o que muitas das vezes deixa o tempo mais ocioso ao estudo. Já no meio urbano as tecnologias são de mais fácil acesso, conseguindo tomar o tempo dos adolescentes podendo atrapalhar na aprendizagem. Com a evolução tecnológica constante do setor agropecuário obrigam as pessoas a um maior grau de instrução e estudo para poder realizar a gestão e operação das atividades rurais.

A falta de interesse em estudar, ser aprovado durante o ano letivo foi bem crescente neste trabalho, principalmente pelos alunos da zona urbana. Muitas pesquisas apontam que os maiores índices de aprovação são dos alunos do ensino básico, pois são mais direcionados pelos pais a estudarem.

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua aponta que a falta de interesse em prosseguir os estudos ou em se qualificar, por sua vez, se mostrou mais relacionada com os grupos de pessoas que investiram menos em educação, variando de 12,5%, entre as pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, 25,4% entre aquelas com o fundamental completo ao médio incompleto e alcançando 33,6% entre aquelas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (IBGE, 2018).

Tabela 05: Distribuição da quantidade dos alunos pesquisados de acordo com o sexo dos alunos oriundos do meio rural no colégio CEPEM do turno vespertino em Ipameri, 2018.

SEXO DOS ALUNOS	ANO LETIVO				
	2014	2015	2016	2017	2018
ALUNOS	71	94	115	104	105
FEMININO	34	45	61	63	58
MASCULINO	37	59	54	41	47

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 05 apresenta o número de alunos oriundos da zona rural e a quantidade de alunos do sexo feminino e masculino. No ano de 2014 a porcentagem de mulheres foi de 47,8% (trinta e quatro), no ano de 2015 de 47,8% (quarenta e cinco), em 2016 aumenta o número de alunos no colégio da zona rural e conseqüentemente o percentual de mulheres passa a 53% (sessenta e um), em 2017 o número passa a ser mais expressivo ainda 60,5% (sessenta e três), em 2018 se manteve acima do percentual dos homens com 55,2% (cinquenta e oito).

Esses números encontrados na pesquisa mostram que os alunos (homens) que vivem no campo vem reduzindo a quantidade a cada ano da pesquisa, isso pode ser explicado pelo fato dos homens normalmente saírem mais cedo em busca de um emprego e pela cultura familiar do pessoal da zona rural, que normalmente segura mais a filha mulher em casa.

Na pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, explica que os motivos relacionados ao mercado de trabalho foram mais frequentes entre os homens (49,4%) do que entre as mulheres (28,9%) e ambos apresentaram queda frente a 2016 (50,6% entre os homens e 30,5% entre as mulheres). Além disso, 24,2% dos homens declararam não ter interesse em estudar ou se qualificar, porcentagem que entre as mulheres foi 15,6%, ambos no mesmo patamar de 2016 (IBGE, 2018)

O acesso à educação é um direito garantido na Constituição Federal a todos os brasileiros, é dever do Estado e da sociedade garantir o cumprimento desse direito, mas no meio rural ou em locais de difícil acesso o direito à escola depende do cumprimento de outra obrigação: a oferta de transporte escolar, sendo a condição básica para que o aluno possa estudar (DIAS, 2015).

Com o objetivo de garantir esse direito, o governo federal por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao Ministério da Educação, criou uma política para o transporte escolar. Essa política é desenvolvida por meio

de Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) que garante o repasse de recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para ajudar nas despesas com o transporte dos alunos que moram na zona rural e utilizam o transporte escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) também reforça esse direito colocando o transporte escolar como uma das obrigações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Tabela 06: Distribuição da quantidade dos alunos da zona rural do turno vespertino de acordo com o tipo de veículo utilizado pra chegar até o colégio CEPEM em Ipameri, 2018.

TIPO DE VEÍCULO	ANO LETIVO				
	2014	2015	2016	2017	2018
KOMBI	31	40	51	49	64
VAN	24	31	55	42	34
MICRO-ÔNIBUS	6	7	2	4	4
ÔNIBUS	10	16	7	9	3
TOTAL	71	94	115	104	105

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 06 um dos aspectos que chama mais atenção é o aumento do número de alunos que usam o transporte escolar rural do primeiro ano da pesquisa para o último ano, possibilitando a mais de 47%. Também fica nítido que o veículo mais utilizado no transporte escolar rural dos alunos durante a pesquisa para ao colégio CEPEM é a Kombi como mostra os dados apresentados abaixo.

DIAS (2015) diz que mesmo sabendo que é obrigação do Estado dar educação escolar às crianças que moram nestas comunidades, estas passam por dificuldades, pois já não se encontram escolas rurais como antes, ou seja, estas crianças são obrigadas a estudar em uma escola na área urbana, sendo assim, distantes de seus familiares e de sua comunidade. Para isso, faz uso do transporte escolar: longas e cansativas distâncias, ambiente escolar estranho, problema de relacionamento, dificuldades de aprendizagem para ir até a escola na cidade. Além dos problemas relacionados a falta de pagamento pelos serviços prestado, que resulta na paralisação do serviço, e como consequência para os alunos que perdem dias letivos.

4. CONCLUSÃO

O índice de aprovação dos alunos do Colégio CEPEM era de 70% em 2014 e passou para 79,7% em 2018.

O colégio CEPEM tinha mais alunos no período vespertino que nos demais turnos. Um acréscimo de 46,8% do ano de 2014 até 2018.

Os alunos do turno vespertino exibiu um aproveitamento acima de 76% em relação a quantidade de alunos que terminaram o ano letivo independente se era do ensino fundamental ou médio.

Em todos os anos pesquisados verificou-se que mais de 43% dos alunos matriculados vieram da zona rural.

O grau de porcentagem de aprovação dos alunos do turno vespertino da zona urbana é acima de 56,6%, e o menor índice de aprovação durante a pesquisa foi em 2018 e consequentemente a maior porcentagem de alunos reprovados 11,7%.

A aprovação dos alunos do turno vespertino da zona rural ficou acima de 75,5%, sendo que o maior índice apresentado foi em 2017 com 94,2% e consequentemente a menor porcentagem de alunos reprovados 1,9%.

A zona rural apresenta maior porcentagem de aprovação, menor de reprovação e menor de alunos transferidos, desistentes e evadidos independente do ano de pesquisa.

A pesquisa mostrou que os alunos do sexo masculino oriundos da zona rural vem reduzindo a quantidade a cada ano da pesquisa.

Durante os anos pesquisados houve um aumento do número de alunos que usam o transporte escolar rural, um acréscimo de 47% do primeiro ano ao último da pesquisa. A Kombi é o modelo de veículo mais utilizado no transporte escolar rural dos alunos para o colégio CEPEM.

O trabalho respondeu uma inquietude pessoal que eu tinha no início do trabalho em relação a aprendizagem dos alunos residentes na área urbana e na área rural, em relação a aprovação, reprovação, quantidade de alunos, entre outros. Assim ficando aberto a outros pesquisadores aprofundar a pesquisa em relação a esse vasto assunto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C.. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARROS, S.. **Projeto político-pedagógico: a qualidade dos serviços oferecidos**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0340.html>. Acesso em: mar 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CHALITA, Gabriel B. I. **Educação: A solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2001.

COSTA, E. B.. Coordenador do PEDEAGE. **Educação no Campo: Evolução da Educação do Campo/Rural no Brasil**. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/temas03.htm>. Acesso em: mar 2019.

DIAS, S.H. CRIANÇAS DO CAMPO: **realidade em estudar em uma escola urbana no Município de Sinop - Mato Grosso**. Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 218-230, jun./jul. 2015

FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Coleção por uma educação básica do campo, 1999.

FERNANDES, B. M. **Por uma educação básica do campo**. In: ARROYO, M. G.; <http://www.dm.com.br/cotidiano/2018/06/em-19-anos-209-195-escolas-rurais-foram-fechadas-no-brasil.html>. Acesso em: mar 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Panorama Ipameri. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipameri/panorama>. Acesso em: mar de 2019.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. ISBN 978-85-240-4458-8. IBGE, 2018.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Notas Estatísticas. Brasília, Fevereiro 2017.

MACHADO, L.C.T. **Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização**. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. p. 18322-18331, 2017.

OLIVEIRA, C. D. S.. **O aluno do campo na escola urbana e sua diversidade cultural.** 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL, 2015.

SOUSA, F. E.; BIBIANO, G. L., ABE, T. A. J., ROCHA, D. L., SANTOS, C. B. R. **Panorama do fechamento de escolas no campo do Estado de Goiás de 2007 a 2015.** Acesso em: mar. 2019 Boletim DATALUTA n. 103 – Artigo do mês: julho 2016.

THEOTONIO, A. C. R. **Inclusão dos alunos do campo na escola urbana: desafios e perspectivas.** II CINTEDI, II Congresso internacional de educação inclusiva e II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Novembro do Ano 2016.

TORRES, M. R.; SIMÕES, W. **Educação do Campo: por uma superação da Educação Rural no Brasil.** Curitiba, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>. Acesso em: mar de 2019.